



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
NÚCLEO DE ENSINO SUPERIOR DE MANACAPURU
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

ELISSANDRA FERREIRA DA SILVA

**O TEMPO COMO DOCUMENTO: CARACTERIZAÇÃO
ARQUITETÔNICA E PRESERVAÇÃO DA IGREJA MATRIZ NOSSA
SENHORA DE NAZARÉ EM MANACAPURU – AM.**

Manacapuru – AM

2017



ELISSANDRA FERREIRA DA SILVA

**O TEMPO COMO DOCUMENTO: CARACTERIZAÇÃO
ARQUITETÔNICA E PRESERVAÇÃO DA IGREJA MATRIZ NOSSA
SENHORA DE NAZARÉ EM MANACAPURU – AM.**

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para a conclusão do Bacharelado em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. Rhuan Carlos Lopes.

Manacapuru - AM

2017

ELISSANDRA FERREIRA DA SILVA

**O TEMPO COMO DOCUMENTO: CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E
PRESERVAÇÃO DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DE NAZARÉ EM
MANACAPURU – AM.**

Manacapuru (AM), _____ de _____ de 2017.

Banca examinadora:

Prof^a. M.Sc. Tallyta Suenny Araújo da Silva – Examinador Externa

Universidade Federal do Pará

Prof^a. M.Sc. Antonia Damasceno – Examinadora Interna

Universidade Federal do Pará/Universidade do Estado do Amazonas

Prof^a. M.Sc. Ivone Maria Amorin Bezerra – Examinadora Suplente

Universidade do Estado do Amazonas

Prof. M.Sc. Crisvaldo Cássio Silva de Souza – Examinador Suplente

Exército Brasileiro/Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes – Orientador

Universidade do Estado do Amazonas

O TEMPO COMO DOCUMENTO: CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E PRESERVAÇÃO DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DE NAZARÉ EM MANACAPURU – AM.

ELISSANDRA FERREIRA DA SILVA

RESUMO : Esta pesquisa tem como objetivo fazer um estudo aprofundado sobre o prédio histórico de referência no contexto cultural e arqueológico do município de Manacapuru (AM), com a finalidade de caracterizar seus traçados, a qual com o decorrer dos anos obtiveram grandes modificações através das reformas, restaurações e ampliações decorrentes em alguns aspectos estruturais. Mesmo assim, mantém-se como um patrimônio arquitetônico permanente intacto, diferenciando de tal modo dos demais monumentos históricos existentes na cidade o qual se torna único, não somente por se tratar de um prédio histórico, e sim por sua utilização como modelo cultural dos nossos antepassados objetivando a preservação de uma tradição já não existente, mas que continua presente nos dias atuais. Sabe-se que a conservação desse patrimônio histórico possui importância significativa para o contexto histórico cultural e material de um determinado povo que por aqui vive deixando seus importantes legados para um melhor entendimento dos princípios de nossa história, a qual deve ser compreendida e relacionada entre os mais variados pensamentos de resgates arqueológicos, com um único objetivo o de manter sua preservação como documento do tempo passado.

Palavras-chave: Arquitetura (restauração); Patrimônio arquitetônico (caracterização; preservação; conservação; restauração)

ABSTRACT: The objective of this research is to carry out an in - depth study of the historical reference building in the cultural and archaeological context of the municipality of Manacapuru (AM), with the purpose of characterizing its tracings, which over the years have undergone major modifications through reforms, restorations and extensions resulting in some structural aspects. Even so, it remains an intact permanent architectural patrimony, differentiating in such a way from the other historical monuments that exist in the city, which becomes unique, not only because it is a historical building, but for its use as a cultural model of our ancestors aiming at the preservation of a no longer existing tradition, but which is still present today. It is known that the conservation of this historical patrimony has significant importance for the historical cultural and material context of a particular people who live here leaving their important legacies for a better understanding of the principles of our history, which must be understood and related among the more varied thoughts of archaeological redemptions, with a single objective of preserving its preservation as a document of the past tense.

Keywords: Architecture (restoration); Architectural heritage (characterization, preservation, conservation, restoration)

Sumário

CAPÍTULO 1 - ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA.....	8
CAPÍTULO 2 - PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	16
CAPÍTULO 3 – A IGREJA E A CIDADE	27
3.1. Histórico da cidade de Manacapuru.....	27
3.2. Construção da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

O presente trabalho reúne os resultados da pesquisa desenvolvida sobre a caracterização arquitetônica e preservação da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré, localizada no município de Manacapuru, estado do Amazonas. Este tema foi escolhido em decorrência da grande restauração pela qual o prédio passou, com relação a restauração ocorrida atualmente, na ampliação do prédio maior parte dos seus traços arquitetônicos perdeu-se na imensidão do templo, restando apenas a originalidade da sua fachada, que tem como amostra viva da presente arquitetura portuguesa, a qual sobrevive de diferentes modos no nosso meio social, manifestando-se de maneiras diferenciadas através das representações inseridas nas figuras simbólicas encontradas nas variadas formas em diversos momentos deixados por nossos antepassados.

A referida pesquisa surge com a finalidade de caracterizar a arquitetura oriunda de Portugal, preservando a memória, a identidade e traços arquitetônicos existentes na edificação da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré presente na cultura vigente do nosso povo, a qual visa a sua conservação como um resgate histórico cultural. Pois o patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras. As edificações possuem o seu valor próprio e devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade dos povos do passado.

A pesquisa realizada tem como objetivo principal, caracterizar as modificações arquitetônicas na Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré, identificar a arquitetura original, caracterizando os seus traços arquitetônico, comparar a arquitetura antiga com as modificações atuais e por último diferenciar a arquitetura oriunda de Portugal.

O presente estudo foi realizado na Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré município de Manacapuru. As técnicas de pesquisas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica constituída principalmente de artigos científicos e livros visto que colabora com uma cobertura de conhecimentos históricos, a documental embora esta seja semelhante à pesquisa bibliográfica, permitindo acesso diretamente a documentos como, relatórios de pesquisa, documentos oficiais baseadas entre fatos relatados e escritos por alguns historiadores que de certa forma fizeram grandes descobertas sobre o passado desses povos que vivenciaram o começo dessa construção e nos deixou como patrimônio cultural esses bens que possuem grande valor histórico. O trabalho desenvolvido está de acordo com as referências bibliográficas que tem como base para fundamentar a pesquisa concernente à cultura material.

Este trabalho de conclusão de curso divide em três capítulos. No primeiro, faz-se um relato sobre o conceito de arqueologia da arquitetura, no qual abordará vários teóricos que dão ênfase a arquitetura brasileira, como também ressalva as demais pesquisas realizadas em outras igrejas, do objetivo e das metas alcançadas com os seus resultados específicos.

No segundo capítulo destaca-se as principais fontes teóricas referentes a preservação do patrimônio histórico, sobre o porquê preservar os patrimônios históricos e qual a importância da preservação da igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré no nosso meio social e cultural

No terceiro capítulo enfatiza-se o princípio da cidade de Manacapuru, destacando os principais monumentos históricos do município, assim como também a primeira capela religiosa utilizada para encontros sociais, reuniões e fins religiosos, juntamente com a construção da igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré, caracterizando a arquitetura da igreja, as restaurações e ampliações que ocorreram ao longo dos últimos cem anos de sua existência.

CAPÍTULO 1 - ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

Poderemos definir a Arqueologia da Arquitetura como a disciplina através da qual se elabora a história de um edifício, analisando a construção de um ponto de vista arqueológico, sob a premissa de que o próprio edifício fará parte da cultura material da comunidade que nele interviu. O edifício ou conjunto edificado passará então a ser observado de uma forma mais crítica e mais abrangente, analisando-se não só estilística e arquitetonicamente, mas também estratigraficamente, de forma a registrar e analisar todos os momentos da sua existência (SOUSA, MANANA BORRAZÁS, et all, 2002, RAMALHO, 2002, MANNONI e BOATO, 2002).

Arqueologia da Arquitetura define a valorização histórica de uma edificação, através de análises direcionadas a descobertas dos diferentes métodos arqueológicos utilizados como mecanismo de conhecimentos específicos no intuito de obter maiores fontes de informações relativas as mais diferenciadas figuras culturais expressas nos monumentos históricos existentes no meio social, caracterizando as principais tradições, identificando o seu estilo simbólico como também o seu modelo arquitetônico representado através de traços memoriais oriundos de diferentes povos existentes do passado. Como afirma uma pesquisadora: “Arqueologia da arquitetura é uma disciplina introduzida na década de 1970 que estuda edifícios históricos a partir de princípios e métodos arqueológicos” (TIRELLO 2007, p.3).

As construções ou restaurações de prédios antigos estão voltadas para a arqueologia da arquitetura, não somente por simbolizar algo e sim por ter sua significância no âmbito arqueológico no estudo das sociedades humanas passadas através de seus vestígios materiais que ainda estão presentes na memória como valor do patrimônio histórico e cultural de povos que já não existem, mas que deixaram seus legados para reconstituir a base de uma nova sociedade a partir dos seus traços materiais, artefatos, estruturas, construções, obras de arte e alterações do meio ambiente. A partir de pesquisas arqueológicas pode-se chegar a um determinado fator de que tanto os projetos de restauro quanto as pesquisas arqueológicas estão ligadas com um único objetivo de entender que esses prédios históricos também são artefatos arqueológicos.

“É fundamental que os objetivos das pesquisas arqueológicas também estivessem estreitamente relacionados aos objetivos dos projetos de restauro, ou seja, que seus objetivos centrais fossem o de compreender as edificações enquanto artefatos arquitetônicos” (NAJJAR (211), p. 72).

Nesse aspecto, observa-se a fundamental importância da arqueologia no nosso cotidiano, pois a mesma está voltada para o resgate histórico e obras arquitetônicas existentes

deixadas pelos nossos antepassados, pois a mesma está relacionada com a cultura material não só como uma simbologia, mas também como forma de documentos históricos produzidos pelos povos que viveram há muitos séculos atrás. Entende-se que tanto as pesquisas realizadas em um sítio arqueológico quanto as restaurações arquitetônicas tem o mesmo objetivo, ou seja, possui o mesmo valor histórico.

A arquitetura de um edifício disponibiliza de diversas funções fundamentais que possibilita uma melhor compreensão de sua estrutura patrimonial arqueológica contida em tais monumentos históricos representando assim sua diversidade cultural, religiosa, educacional, etc. Isso significa dizer que não refere-se somente a uma simples construção da estrutura monumental de um prédio com um belo acabamento, ou uma boa pintura refletida com uma variação de cores significativa e sim de um objeto de valores expressivos que analisada com cuidado em uma visão reflexiva pode nos levar a determinados conhecimentos pertencentes a diversas tradições culturais.

“A arquitetura- o objeto arquitetônico é um sistema de signos capaz de se comunicar e que, além da função prática, tem sua função simbólica. A arquitetura representa um desafio à semiologia, uma vez que, aparentemente ela não o ‘comunica’, somente ‘funciona’ ”(ECO 1971, p. 187). De acordo com o mesmo, além do aspecto físico, ou primeira função, sabe-se que o objeto arquitetônico quer dizer algo: “Esse algo é que aos poucos se foi definindo com bases em autênticos léxicos conotativos, fundados nas convenções culturais e no patrimônio do saber de um dado grupo ou de uma dada época, determinados por um campo ideológico particular e congruente com ele” (ECO, 1971, p. 205).

A arquitetura promove estímulo ao objeto arquitetônico, pois expressa através de imagens ou gravuras um significado de algo ou a importância de mostrar determinada cultura de um povo que muito contribuiu para a construção da estrutura arquitetônica inserida como elemento de complementação em um monumento histórico, que através da mesma é possível chegar a um único fator de que possuíam a arte de demonstrar os seus feitos históricos não só por meio dos seus costumes, crenças, etc. Mas também por meio de seus valores artísticos explícitos na caracterização de um prédio antigo.

Portanto, o “objeto arquitetônico denota a função e conota certa ideologia da função. O espaço arquitetônico é uma concretização do espaço existencial. A arquitetura fixa uma imagem do espaço que transcende o entorno existente e reflete o desejo de melhorar as condições humanas” (SEBASTIAN, 1994, p. 43).

Cada expressão tracejada através de imagens, esculturas e desenhos simbolizam o aspecto cultural de um determinado povo existente no passado que através desses vestígios históricos deixaram um legado de grande valor para a complementação e formação das gerações presentes como também as que ainda virão. Assim sua memória será mantida em

evidências efetivamente em nosso meio por terem sua participação na história da humanidade. Dessa forma as edificações nos dão toda característica cultural do desenvolvimento da arquitetura.

“Edifícios fornecem uma importante fonte de informação para a arqueologia histórica. Duas tradições, em geral, podem ser consideradas como existentes: acadêmica e vernacular. A tradição acadêmica, às vezes chamada “alta arquitetura”, é a tradição de construção que é ensinada e praticada por arquitetos profissionais. Esta arquitetura pode ser dividida em diversos estilos distintos clássico, grego, romanesco, gótico, rococó, e assim por diante, cujas características são de fácil identificação. A arquitetura vernacular, por outro lado, consiste em estilos que refletem a tradição cultural mais do que formas arquitetônicas puras. A arquitetura vernacular demonstra, em geral, as verdadeiras atitudes e crenças de um povo de maneira mais clara do que a arquitetura acadêmica. Entretanto, as arquiteturas acadêmica e vernacular tendem a interagir, com o decorrer do tempo e com a consequente influencia recíproca” (ORSER 1992, p. 35).

Como pode-se observar, que através das edificações diferencia-se o estilo da arquitetura, quando são executadas por profissionais especializados, que buscam fazer da melhor forma possível, com toda perfeição aprimorando os seus traços e desenvolvendo o seu próprio estilo clássico empregando o seu profissionalismo a fim de serem reconhecidos por pessoas do ramo. Diferente dos demais, os que não possuem qualificação específica desenvolvem suas atividades através de uma determinada estrutura arquitetônica, objetivando a expressão de sua tradição, seus modos, costumes e crenças dando ênfase a sua cultura a qual deixará como um legado expressivo para o seu povo, não esperando mero reconhecimento no âmbito social, mas com a intenção de que todos saibam a que cultura pertence a fim de não terem o seu trabalho reconhecido, mas que a sua tradição seja lembrada. As edificações antigas fazem com que haja um pensamento e tenha certa compreensão a respeito de todo o contexto arqueológico existente, pois os mesmos ajudam a descobrir todo o seu histórico, como as reformas, restaurações, ampliações, modificações e até mesmo sobre a sua dimensão e importância no espaço.

“Edifícios que são examinados com cuidado produzem informações sobre quando foram feitas reformas e quais cômodos eram mais importantes. Camadas de tinta e de papel de parede podem ser “escavadas” como se fossem estratos do solo, a fim de se descobrir que cores e estampas estavam na moda ou eram acessíveis aos habitantes em determinados momentos do passado. Janelas e portas que foram fechadas ou acrescentadas podem ser analisadas com vistas a descobrir quando foram construídas ou para documentar o aumento do

tamanho da família e, possivelmente, da riqueza. Alterações no tamanho dos cômodos, com o passar do tempo, também podem ser usadas como uma medida de mudanças de atitudes sociais e culturais. Por exemplo, na passagem do século, a maioria das fazendas no centro dos Estados Unidos foi construída com cozinhas enormes. Esta construção era necessária porque a maioria dos fazendeiros, por esta época, tinha famílias grandes e, também, porque a cozinha era, em geral, a principal área de atividade da família. Além disso, as mulheres que, comumente, tinham um grande papel na economia da fazenda, ao cuidar das verduras e do preparo da comida diária da família, proveniente da horta usava a cozinha como uma área de produção da fazenda. Hoje em dia, poucas casas de fazenda são construídas com cozinhas tão grandes, já que poucos agricultores possuem famílias numerosas e porque a agricultura é tão mecanizada que as mulheres não têm mais o mesmo papel na garantia do sucesso da fazenda. As fazendas nos Estados Unidos, hoje, são menos auto suficiente do que antes, e as suas casa refletem esta transformação” (ORSER, 1992, p. 37).

Nesse sentido, percebe-se a importância da valorização de dados arquitetônicos expressos detalhadamente em cada figura representada através de determinadas esculturas presentes em edificações históricas que nos levam a novas descobertas da trajetória cultural de uma sociedade antiga que por aqui viveram, deixando a sua parcela de contribuição através dos vestígios arqueológicos encontrados nos monumentos arquitetônicos, os quais em sua maioria se não preservados perderão os seus valores. Todas as edificações históricas possuem traços arquitetônicos deixados por uma população existente no passado que muito contribuiu para grande riqueza da nossa história, representando assim sua identidade cultural identificada por meio de seus vestígios arqueológicos diferenciando somente o seu contexto como patrimônio histórico e bem material que necessitam de cuidados específicos. Portanto, vale ressaltar que para manter-se em memória evidências essas tradições, faz-se necessário uma autoanálise reflexiva no sentido de fazer valer seus conhecimentos e práticas de restauro, para que a partir desse princípio possa obter grandes informações sobre a estrutura interna e os espaços mais utilizados para a execução de desenvolvimento da maioria de suas atividades assim como também conhecer determinados dados informativos relacionados a quantidade de pessoas pertencentes a essa família e ainda fazer grandes descobertas de sua classe social.

De acordo com Orser (1992), o arqueólogo James Deetz, apresenta um estudo interessante da antiga arquitetura americana em seu livro *Esquecidos em pequenas coisas*. Refere-se ao fato de que, com o tempo as casas da América colonial inglesa começaram a refletir um interesse crescente na criação do espaço individualizado. Enquanto as mais antigas casas tendiam a conter espaços que poderiam ser usados por todos os membros da família, em

casas mais recentes estes espaços comunitários foram divididos em áreas que poderiam ser usados por apenas um ou dois membros da família. Posteriormente, as atividades específicas como comer, cozinhar e dormir foram completamente separadas umas das outras.

Uma das razões que permitem que questões sociais possam ser abordadas a partir de estruturas arquitetônicas refere-se a descoberta por parte dos arqueólogos, de que elas podem ser “ lidas” da mesma forma que os estratos arqueológicos do solo. Todos os arqueólogos estudam os solos nos quais se encontram artefatos a fim de obter informações sobre quando estes artefatos foram depositados e que forças naturais vento, chuva e enchentes atuaram após seu depósito original. O mesmo se refere às estruturas arquitetônicas (ORSER, 1992, p. 36).

Em uma concepção voltada a cultura material inglesa, percebe-se que cada estrutura residencial abrigatória pertencente a cada família, disponibilizava de determinadas formas estruturais entre as quais está inserida as adaptações de espaço, no qual em algumas poderia ser utilizado por todos os membros residentes no local, tais espaços eram reduzidos por tornar-se pequenos, sem cômodo suficiente para suprir as necessidades físicas da família. Nas demais os espaços dividiam-se em áreas específicas e somente uma ou duas pessoas poderiam disponibilizar de acesso a esses cômodos. Em edificações mais recentes utilizaram-se outras modificações e alterações nos espaços, tais como sala, cozinha e quarto tiveram o propósito de serem divididos, com a finalidade de obter um melhor desenvolvimento das principais atividades práticas.

Desta forma observa-se a existência de uma grande semelhança relacionada entre a estruturas arquitetônicas com as camadas estratigráficas do solo, que em conformidade a desenvoltura ocorrentes das escavações haverá mais possibilidades do surgimento de vestígios arqueológicos que se estudados e analisados podem-se obter importantes informações relacionadas a sua datação, ou seja, a periodização de sua existência ou modificações fenomenais e naturais os levaram de seu lugar de origem para outro local, assim acontece com as estruturas arquitetônicas que abaixo de várias camadas de tintas novas descobertas surgirão, melhores informações poderão ser adquiridas. Sendo assim, as estruturas domésticas podem encontrar-se intactas nos sítios, pois as mesmas disponibilizam de informações expressivas em relação a sua serventia como casa ou outra construção elevada com outro objetivo.

“À parte as construções domésticas, edificações não domésticas para uso específico podem, também, ainda estar preservadas em sítios arqueológicos históricos. Estes edifícios podem incluir celeiros, defumadores, galpões e outras construções externas. Alguns fortes militares, talvez reconstruídos por um exército conquistador, podem, também, ainda estar de

pé. O mesmo se aplica a missões religiosas que foram, originalmente, construídas com o propósito de converter os povos nativos ao cristianismo, mas que, no presente, são usadas para funções religiosas regulares. Tais edifícios, frequentemente vistos por não arqueólogos simplesmente como prédios velhos, fornecem ao arqueólogo indícios do passado que, de outra maneira, muitas vezes seria extremamente difícil visualizar” (ORSER 1992, p. 36).

Para melhor compreensão das edificações domésticas e não domésticas pode-se entender que as mesmas foram utilizadas com o propósito de desenvolver determinadas funções específicas para fins de questões religiosas e outras, pois essas construções podem ter sido utilizadas como igrejas ou local de reuniões dos fiéis com o objetivo de trazer algumas mudanças na vida social dos povos que habitavam aquele local, os quais de certa forma poderão continuar em perfeito estado servindo de base para fontes de pesquisas arqueológicas. Tais construções que analisadas por pessoas leigas pode até parecer não ter nenhuma importância significativa, simplesmente serão vistas como qualquer estrutura antiga, de modo que quando analisada por um olhar profissional passa a obterem-se grandes valores patrimoniais históricos.

Partindo desse pressuposto teórico, conclui-se que houve diversas pesquisas arqueológicas realizadas em certas construções históricas, como igrejas, prédios, etc. Com o objetivo de mostrar a importância arqueológica nas estruturas arquitetônicas e o seu significado enquanto artefatos. Dentre as quais se destacam as seguintes edificações históricas, as três Igrejas Nossa Senhora da Assunção (Anchieta, Espírito Santo), Reis Magos (Serra, Espírito Santo) e São Lourenço dos Índios (Niterói, Rio de Janeiro), o Centro Clandestino de Detenção e de Tortura Club Atlético e a igreja matriz nossa senhora de Nazaré, a qual se utilizou como fonte de fundamentação básica e teórica para a realização da presente atividade desenvolvida.

Entre os anos de 1994 e 2002, foram realizados projetos de pesquisa arqueológica em três igrejas jesuítas: Nossa Senhora da Assunção (Anchieta, Espírito Santo), Reis Magos (Serra, Espírito Santo) e São Lourenço dos Índios (Niterói, Rio de Janeiro). Todos foram realizados no bojo de projetos de restauração, sendo os dois primeiros de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o terceiro de responsabilidade da prefeitura de Niterói. Nesse sentido, foi fundamental que os objetivos das pesquisas arqueológicas também estivessem estreitamente relacionados aos objetivos dos projetos de restauro, ou seja, que seus objetivos centrais fossem o de compreender as edificações enquanto artefatos arquitetônicos. (NAJJAR, 2011, p.72).

O presente estudo apresenta a análise da espacialidade dessas igrejas que estão relacionadas com todas as mudanças que ocorreram na liturgia religiosa e tem a intenção de mostrar os projetos e modelos jesuíticos presentes na arquitetura religiosa de cada prédio histórico citado no artigo, fazendo uma análise de que as edificações tanto intactas quanto destruídas devem ser vistas como artefatos ou (superartefatos) construídos pelo homem assim como a cultura material fragmentada. Najjar resume o estudo das edificações jesuíticas. Esta afirma que a partir dessas edificações é possível observar um modelo de ocupação no litoral brasileiro. Esse modelo diz respeito ao período colonial que aconteceu no Brasil. Para a autora o principal objetivo dessa pesquisa é mostrar que, por trás da estrutura material da arquitetura religiosa, há toda uma simbologia, um significado. Isto não significa que as igrejas da atualidade não possam representar da mesma maneira que as outras do século passado. Temos que diferenciar a arquitetura que já existia das quais sofreram uma transformação depois da chegada dos europeus. (NAJJAR, 2011, p. 90).

O magistrado Adalberto Carim Antonio em pesquisas diferenciadas realizadas no ano de 1996 destaca os mais diferentes prédios históricos existentes na cidade de Manacapuru entre os quais está inserida a Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré no qual faz um breve relato desde o início de sua construção até a chegada da Missão Redentorista, segundo o mesmo a arquitetura da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré foi oriunda de Portugal, importadas pelos irmãos Ventura, a mesma exerce um papel de suma importância não só para a entidade religiosa mas para toda a sociedade independente de qual seja sua classe social buscando acolher todas as pessoas que venham necessitar de seu abrigo e ajuda no sentido de acolhimento e amparo na fé cristã (CARIM, 1996, pp. 41-42).

A arquitetura da igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré foi importada de Portugal não somente pela beleza que a mesma possuía, mas também pela funcionalidade e garantia de qualidade do material adquirido, os produtos usados na edificação da igreja são muito resistentes, asseguram a estrutura original..

Outro tipo de pesquisa em arqueologia da arquitetura é o desenvolvido por Andrés Zarankin, na Argentina. No ano de 2003 é tornado público, pelo Governo da Cidade de Buenos Aires, um concurso de projetos para escavar os restos do Espaço Club Atlético. O projeto se chamou “*Arqueologia como memória: intervenções arqueológicas no Centro Clandestino de detenção e de Tortura ‘Club Atlético’*”.

Os objetivos do projeto podem ser resumidos em dois pontos principais. Por um lado, buscou-se entender a lógica do funcionamento e da organização espacial da arquitetura deste

dispositivo desaparecedor de pessoas. Por outro, o segundo objetivo foi de contribuir com a construção de uma memória material. Isto é, transformá-la em algo físico, para assim poder ser percebida, de diferentes maneiras, a palavra (oral ou escrita). Uma memória que pode ser tocada, ouvida, experimentada (ZARANKIN. 2010, p. 27).

Mediante a visão de Zarankin (2010), a arqueologia da arquitetura pode ser vista como o estudo arqueológico das edificações antigas, dentre as várias possibilidades de uso da arqueologia da arquitetura que está inserido a construção do Club Atlético que serviu como local de detenção e tortura dos presos que na época sofreram os mais terríveis e dolorosos castigos, sua estrutura arquitetônica aparentemente apresentava-se de forma visivelmente bonita sem nenhuma conotação do que se utilizava no seu interior, na qual se encontravam várias pessoas que por algum motivo eram penalizados passando por certo tipo de punição rigorosa, e na maioria das vezes sendo condenados à morte.

CAPÍTULO 2 - PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O conceito de patrimônio induz a pensar em bem ou bens sobre os quais o proprietário tem exclusividade de uso e manejo; o conceito de herança costuma trazer uma conotação de continuidade e indestrutibilidade, ligada, por um lado, à obrigação de administrar e, por outro, à necessidade de usar, junto com o direito de usufruir. O conceito de herança parece acentuar, mais que o de patrimônio, que se tratam de bens passados de geração em geração; a última geração os detém, não lhe podendo ser subtraídos, nem lhe podendo ser negado o uso e usufruto, mesmo se administrados por uma corporação qualquer, como pode acontecer quando exclusivamente na mão de funcionários do Estado (SCHMITZ, 1988, p. 12).

Em uma visão reflexiva relacionada as antigas estruturas patrimoniais percebe-se que o sentido significativos de patrimônios dar-se a partir do surgimento de um determinado bem material pertencente a uma espécie cultural intacta de um povo utilizado como herança deixada pelos antepassados que independente do ser proprietário o mesmo de tal maneira passa a pertencer a plena responsabilidade dos órgãos governamentais sobrevivendo de suas determinada proteção e cuidados.

O nosso patrimônio arqueológico, herdado das populações indígenas que precederam a formação do Estado atual, vem geralmente tratado junto com o patrimônio histórico e artístico deixado pelas gerações já diretamente implicadas com a formação do Estado brasileiro ou com o seu período colonial, quando dependente de Portugal. Mais modernamente estas parcelas de nossa herança vêm tratadas junto com o patrimônio ambiental, considerado então, como um bem coletivo, necessário para a sobrevivência da geração atual e a ser deixada para as gerações futuras (SCHMITZ, 1988, p. 12).

Em observação relativa as características voltadas a figura original no patrimônio arqueológico, percebe-se que são heranças deixadas pelos povos indígenas a qual ainda encontra-se presente nos dias atuais, embora com algumas modificações causadas nos mais diferentes modelos de monumentos históricos ocasionando assim perdas relacionadas a sua originalidade, em função decorrente das ações humanas que as levam as modificações dos patrimônios ambientais, transformando espaços de valores significativos, causando grandes impactos alterando o meio ambiente em determinados locais que poderiam ser preservados como fontes de utilização e conhecimentos das mais diversas culturas patrimoniais para as futuras gerações.

A maior ou menor valorização de uma ou outra parcela deste patrimônio depende naturalmente, da ideologia do Estado que o manejo, do conceito que a população faz de sua própria história, do bloco econômico no qual se incorpora e do mesmo conceito desse patrimônio. Num país, onde o povo está consciente de uma continuidade generacional e cultural através de milênios, o manejo dos bens arqueológicos juntamente com os históricos, deverá ser mais fácil do que naquele em que a população nativa não só é considerada como não fazendo parte da história do povo, por indígena ou inimiga, como só é incorporada acidentalmente no relato histórico como mão-de-obra escrava ou descartável, como aconteceu predominantemente no Brasil. O patrimônio arqueológico pode, então, não ser considerado como herança das gerações anteriores de nossa linhagem, embora nas veias de muito brasileiro corra sangue indígena, mas como uma curiosidade e um recurso para fazer pesquisa científica sobre o homem, sua cultura e sua sociedade (SCHMITZ, 1988, p. 12).

Considerando a importância das inúmeras estruturas monumentais históricas existentes em nossa região e compreendendo seus valores para um melhor discernimento de culturas diferenciadas que muito contribuíram para a nossa história, entende-se que há uma grande necessidade de resgate por parte dos órgãos governamentais direcionando determinados recursos para investimento no intuito de manter a preservação e conservação desses patrimônios culturais que por sua vez encontram-se sob total abandono sendo utilizado como abrigo para as práticas de vândalos, destruindo deste modo uma identidade significativa herdada de uma população indígena responsável pelos princípios históricos de nossas tradições culturais permanente nos dias atuais, muito embora pouco reconhecida a importância dos seus valores.

Se valorizarmos esses bens não meramente como curiosidade ou objeto de estudo científico, mas como herança de uma população mestiça e multiétnica, a que se refere este patrimônio? A tudo o que foi deixado pelas populações que nos precederem na ocupação da terra, que, posteriormente, se tornou nossa: os espaços nos quais se encontram as marcas de sua passagem ou permanência, as modificações produzidas no ambiente, as construções e artefatos, os resíduos de sua produção, os seus próprios restos mortais preservados (SCHMITZ, 1988, p. 13)..

Conhecendo a historicidade do município de Manacapuru considera-se que é de suma importância a preservação da arquitetura do prédio histórico da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré, sabe-se que o mesmo desenvolve um papel muito importante para a arqueologia brasileira não só por representar um local sagrado para os fiéis, mas sim por fazer parte do patrimônio cultural de grande relevância para a nossa sociedade, com a finalidade de

manter-se sempre em evidências esse monumento histórico presente na memória de todas as gerações. Muito embora já perdido diversos traços significativos através da grande transformação em toda estrutura arquitetônica, percebe-se que as modificações por mais perfeitas que sejam jamais substituirão na sua estrutura a originalidade, aquela que existiu desde o princípio de sua construção, diferente das do tempo atual. Pois os seus traços possuem algo que só o passado conheceu, algo originário que representou certa tradição cultural pertencente aos povos antigos.

“Preservar não é congelar um determinado momento no tempo, mas abrir um campo de possibilidades para que ele seja vivido intensamente, de modo a que se possa, através das suas materializações, estabelecer elos profundos com o passado, com as próprias raízes e, em última instância, com a própria origem, para com isso evitar o desenraizamento e o esfacelamento identitário que caracterizam o mundo contemporâneo” (ANDRADE LIMA, 2007, p. 59).

A preservação e conservação da arquitetura da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré são necessárias por razões culturais, pelos aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais por ter sua significância para a sociedade e também pelo fato de os bens culturais serem portadores de conhecimento em vários campos do saber, abarcando tanto as humanidades quanto as ciências. Reconhecidos legalmente, fazem parte do começo da história através da cultura passada, o patrimônio histórico cultural significa o objeto com valor memorável à medida que nos leva a pensar ou lembrar algo que suas marcas nele estão impressas.

Esses são os bens, legalmente reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil, que marcam a história inicial do processo de preservação do saber popular e das nossas tradições, inaugurando uma nova fase no contexto das políticas públicas patrimoniais. Com certeza, este novo olhar sobre o patrimônio cultural reforça a autoestima dos indivíduos e da comunidade valorizando a cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (ANDRADE, 2004, p. 16).

Protege-se o patrimônio histórico porque ele faz reviver no presente a história do passado e seus aspectos expressam a memória da sociedade, Estado ou Nação. Pode-se observar através da preservação e conservação do patrimônio cultural a existência de sentidos diferenciados que nos levam a reflexão da importância da arquitetura da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré existente e que muito contribuem para a historicidade do nosso povo, caracterizando a história do passado como referência à identidade, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Dessa forma, faz-se necessário a preservação

desse prédio histórico para que sua edificação possa ser protegida e sua existência seja preservada das ameaças que as cercam.

As narrativas nacionais sobre o patrimônio cultural expressam uma mensagem moral e política: se a nação é apresentada no processo de perda de seu patrimônio cultural, conseqüentemente sua própria existência está ameaçada. Este patrimônio tem de ser imediatamente defendido, protegido, preservado, restaurado e apropriado pela própria nação ou por seus representantes, de modo a evitar a sua decadência e destruição (ANDRADE, p. 16).

Os patrimônios históricos cultural em sua contextualização alguns deles existentes como referência no nosso município pertencem a todos os brasileiros. Sua proteção, valorização e divulgação, devem garantir que todos os seguimentos da população possam usufruir daquilo que é bem comum de todos. Entende-se que são objetos deixados pelos nossos antepassados, caso não haja atenção específica poderá ser extinto do nosso contexto arqueológico através das mudanças ocorrentes no meio social, pois a proteção deixou de ser o principal objetivo no ponto de vista daqueles que na maioria das vezes destroem acreditando que esses monumentos poderão ser substituídos. Sabe-se que a capacidade de reproduzir cultura é característica de toda humanidade, sendo o patrimônio a produção humana em sua totalidade conservando os acervos, documentos, edificações, modos de criar, fazer e viver de outras culturas que por muito tempo foram esquecidas diante da visão daqueles que exercem total poder de preservação e proteção.

O maior ornamento das antigas construções, interna e externamente, é sua forma histórica e seu antigo caráter. Por isso, devem ser considerados com atenção em cada nova decoração, sobretudo nas igrejas, onde geralmente se cometem grandes erros.

O objetivo principal de toda nova decoração de igrejas é que se possa admirar uma nova pintura, o mais rica possível, e novos vitrais, o mais colorido possível. Ambos podem, porém, em vez de ornamentar uma antiga construção, promover grandes danos. Via de regra, a nova decoração pictórica e os novos vitrais são, em si e para si, totalmente privados de valor artístico e de qualquer originalidade, concebidos que foram segundo orientações de manuais. Em vez de decorar a igreja, deformam-na. Em consequência, perde-se completamente o entendimento e a sensibilidade desses monumentos como patrimônio comum, sentimento que estava atrelado à atuação conjunta do efeito espacial monumental e de uma rica decoração pictórica. Ocorre, via de regra, que numa pintura ornamental ou figurativa, e novos vitrais em cores vivas não potencializam, como outrora, o efeito espacial interno das antigas construções, mas o infringem e destroem. Por isso, uma simples caiação

em um ou mais tons discretos e vidros brancos nas janelas das igrejas têm um efeito muito mais apropriado e digno do que uma pintura requintada seja ela figurativa ou ornamental, ou novos vitrais coloridos.

No entanto, quando se acredita não ser possível evitar uma nova e rica decoração pictórica nas paredes, é preciso, pelo menos, que se tenha o cuidado de atribuir o projeto a artista que não trabalhem a partir de modelos, mas cujo talento e inteligência lhes permitam criar uma obra que possua um valor estético original e, ao mesmo tempo, que esteja em harmonia com o efeito monumental do edifício e com seu antigo caráter.

Juntamente com a preocupação de preservar aquilo que ainda existe, é preciso, nos casos de novas aquisições, que se respeite a regra de comprar apenas objetos de boa qualidade. Futilidades sem valor e manufaturados não condizem com a casa de Deus. Isso não significa que tudo o que for adquirido, mesmo em condições modestas, tenha que ser mais caro. Existem ainda, quase em toda parte, artesãos que podem fornecer às humildes igrejas rurais peças decorativas condizentes com as condições e os recursos disponíveis, cujos trabalhos, ainda que pareçam ingênuos ou grosseiros, jamais serão tão ofensivos quanto aqueles objetos massificados, sem caráter e sem pátria, vendidos aos quatro ventos pelas firmas de objetos artístico (DEVORAK, 2008, pp. 120-122).

A igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré sofreu diversas mudanças e alterações em toda a sua estrutura, o que hoje permanece da sua construção original é a sua fachada, que ainda é um modelo arquitetônico inspirado nos monumentos de Portugal, talvez o objetivo fosse a ampliação para uma melhor acomodação e conforto aos fiéis, pois como já foi mencionado o espaço estava pequeno por motivo de um maior número de religiosos que com o decorrer dos tempos passaram a frequentar. Acredita-se que as pessoas mais antigas que até deram a sua parcela de contribuição foram contra a reforma e ampliação do prédio, sugeriram até mesmo que fosse construído outro templo e que aquele permanecesse intacto da mesma forma original que fora construído anteriormente, pois a intenção de não tocarem no prédio antigo é que a memória do passado iria continuar sempre presente por meio da edificação, uma ampliação, um toque aqui ou ali e uma ou duas camadas de tinta jamais iria deixar a sua estrutura da mesma forma de antigamente, sabe-se que depois das reformas e reconstruções realizadas ao prédio, de forma alguma poderá ser devolvido às construções sua forma original, essas reformas que até chegam a se aproximar, no entanto, não podem substituir aquilo que realmente existiu de fato, pois o que se sabe é que as antigas construções não foram realizadas de qualquer forma, exemplo disso é o que ocorre nas obras arquitetônicas modernas, mas cada uma delas foi elaborada de maneira específica, o que a torna irreproduzível.

Mesmo quando, através de determinados indícios, nos informamos a respeito de como uma obra arquitetônica foi construída originalmente, uma reconstrução jamais vai substituir aquilo que se perdeu ao longo do tempo, pois uma imitação não substitui o original. Nos monumentos históricos esse princípio não se aplica apenas à estrutura da construção, mas também a que diz respeito à sua execução. Podemos estar convencidos de que havia, aqui ou ali, uma coluna, uma pilastra ou um elemento ornamental; no entanto, a nova coluna, a nova pilastra e a nova peça decorativa vão parecer elementos estranhos na antiga construção, pois falta a originalidade que, assim como em um manuscrito, se revela em cada linha e não se alcança nem mesmo com a mais perfeita reconstrução. Sacrifica-se a verdadeira originalidade que os tempos posteriores criaram, sem que se apresente algo mais do que uma imitação mais ou menos grosseira. Ora, todos os que lidam com antiguidades sabem que tais peças não têm valor e, quando em relação com obras de arte realmente antigas, provocam nos indivíduos que possuem uma relativa sensibilidade estética a impressão de uma fraude inadmissível e de uma profanação insuportável e repugnante (DEVORAK, 2008, p. 96).

As contínuas reformas e reconstruções de antigos monumentos históricos devem ser evitadas porque destroem valiosos vestígios de períodos posteriores e modificam voluntariamente a forma e a aparência do monumento, levando ao anonimato seu efeito histórico e artístico, são restaurações que acabam ultrapassando os limites do necessário. As maiorias das antigas construções não se mantiveram completamente intactas grande parte das obras de arte apresentam diferentes tipos de danos: os muros estão se desfazendo, as decorações apresentam algum defeito, os afrescos se desprenderam das paredes, os altares foram destruídos esses detalhes estão se perdendo ao longo dos tempos, cada traço existente está sendo reduzido a alguns fragmentos. Esses danos precisam urgentemente ser remediados da melhor forma possível, para poder manter a conservação dos monumentos.

Em noventa por cento dos casos de restauro ocorridos nas últimas décadas ultrapassaram-se as medidas de conservação necessárias. Os responsáveis não se limitam a restaurar o que resta de um monumento, mas substituem também tudo o que falta e renovam o que está danificado. Ruínas foram reconstruídas e deram lugar a falsos castelos. Partes da arquitetura que estavam danificadas ou que haviam desaparecido foram completadas ou renovadas, estátuas foram refeitas, substituídas por cópias ou receberam nova camada de tinta, enquanto as pinturas, em vez de receberem um tratamento que as protegesse de futuros danos, foram simplesmente repintadas. Através de restaurações dessa natureza, os monumentos do passado não estarão protegidos contra a ruína, mas, ao contrário, estão sendo conduzidos à destruição em todos os aspectos. Quando são arbitrariamente modificados, eles perdem sua

significação histórica e transformam-se em testemunhos muito duvidosos da intenção e da capacidade do passado, dos quais se retirou, em maior ou menor grau, o valor original. Um afresco repintado é, enquanto monumento histórico, quase sem valor e pode ser comparado a um documento falsificado. Toda pessoa culta sabe que não se deve falsificar um documento histórico; mesmo assim, quando se trata da arte do passado, isso não só é permitido, como muito desejado. Não é necessário provar que restaurações arbitrárias e de amplo alcance acabam, também, com o valor artístico dos monumentos: de obras de arte do passado, tornam-se obras da arte dos restauradores, a qual nem sempre é de alto nível e, mesmo que o fosse, jamais poderia substituir um monumento antigo intocado porque, nas obras de arte do passado queremos admirar o velho, e não o novo. Um antigo altar gótico perde dois terços de seu valor artístico quando se refazem as estátuas que o adornam, aplicando sobre elas cores variadas. Uma produção tão radical não mantém quase nada do caráter individual que caracteriza toda legítima obra de arte do passado e que a diferencia das imitações. Quando esse caráter original é destruído, também se destrói, na maioria dos casos, todo e qualquer efeito que um monumento intocado possa exercer sobre o espectador. Uma antiga igreja acinzentada pelo tempo, que tenha sido restaurada a ponto de parecer nova em folha, adquirindo internamente um novo e excessivo brilho dourado e uma decoração muitas vezes exagerada, onde as paredes resplandeceram com a limpeza ou foram repintadas, onde os tetos foram recobertos com materiais resistentes a fogo e intempéries, acaba perdendo quase tudo o que lhe garantia o aspecto caro e precioso. Ela se assemelha, depois da restauração, a uma construção nova e sem interesse, da qual desapareceram a poesia, a atmosfera e o fascínio pitoresco que a envolviam. O resultado da restauração, que geralmente está associado a altos custos, não é a permanência, mas a destruição e a deformação. Tais restaurações, que geralmente são atribuídas, de forma escandalosamente leviana, a mãos inexperientes e às quais igualmente se sacrificaram várias obras de arte do passado, precisam ser decidida e amplamente combatidas (DEVORAK, 2008, p. 97).

A maioria das restaurações que ocorrem nos prédios históricos, as modificações tornam-se um número expressivo, pois os restauradores alteram o que está faltando, completam o que está destruído modificando toda sua característica, ruínas são reconstituídas, arquiteturas são renovadas, estátuas são substituídas por outras idênticas, o que poderia ser conservado são simplesmente repintados, alterados e modificados. Através dessas mudanças as construções históricas estão sendo destruído, quando ocorrem modificações, seu significado histórico perde completamente o sentido e transformam-se em contos duvidosos da representação artística do passado, pois já não existe o seu valor original. O que na verdade

seriam obras de arte do passado, passam a serem obras da arte dos restauradores, os quais muitas vezes não possuem nem qualificação específica e mesmo que a possuísse, de forma alguma poderia substituir o que foi feito no passado, traços únicos, detalhes específicos que só pertenciam a uma determinada cultura, pois o que se admira é o velho e não o novo. As edificações perdem seu valor histórico e artístico quando são modificadas, o que as diferenciam das imitações são os detalhes únicos, o que não se pode ver em nenhum outro edifício, diferente dos restauradores que podem fazer tudo do mesmo jeito se for preciso. O resultado da restauração, que normalmente está elevado a custos caríssimos, não é que o prédio continue edificado, mas a destruição e a transformação. Isso não quer dizer que a intenção seria a transformação de uma igreja para um museu. Obras de arte são muito mais que simples objetos museológicos. Elas embelezam nossa existência, precisam estar em constante relação com a vida para não serem consideradas como algo distante tratada como se estivessem de costas para o presente. As restaurações jamais devem por um fim em si mesmo, mas deve significar um meio de preservar os monumentos assegurando sua integridade e seu feito, conservando-os cuidadosamente para as futuras gerações.

Quando se faz necessário, diante das más condições de um antigo edifício ou por motivos práticos, executar trabalhos que interfiram na substância e na forma do monumento, é imprescindível buscar orientação junto a um especialista.

Porém, é um equívoco acreditar que qualquer construtor ou arquiteto possa dar essa orientação, ou que um arquiteto seja considerado um especialista apenas porque utilizou formas arquitetônicas antigas. A restauração e a transformação de antigas obras arquitetônicas demandam certa experiência e familiaridade com os princípios e exigências da preservação de monumentos. Por isso, exige-se que os proprietários ou responsáveis de antigas construções dirijam-se aos órgãos públicos responsáveis pela preservação de monumentos, sempre que sejam necessárias restaurações, reconstruções ou adaptações que vão além de simples melhoramentos. Esses órgãos são obrigados a fornecer gratuitamente conselhos que irão esclarecer se e como deverão ser feitos os trabalhos e a quem devem ser atribuídos (DEVORAK, 2008, p. 113).

Isso serve também para as igrejas e outros monumentos históricos esses tipos de trabalhos não devem ser executados por um profissional qualquer, por aqueles que não estão aptos para desenvolver um trabalho desse nível, mas sim por aqueles que compreendam, possuam conhecimento e qualificação profissional específica voltada para a área em que serão desenvolvidos esses projetos. Ainda que sejam e consideradas as exigências das práticas elaboradas, deve ser evitado o máximo de danos e destruição na estrutura antiga para poder

levar em consideração seu efeito geral da antiga construção e analisar todos os fatores relacionados no seu entorno.

Os perigos que ameaçam o patrimônio artístico do passado impõem à sociedade algumas exigências que nós queremos retomar mais uma vez, dada a importância da questão.

Tudo o que a arte criou é um produto precioso e constitui o patrimônio do desenvolvimento espiritual da humanidade, cuja preservação é de interesse para a sociedade em geral e coloca a todos- comunidades e povos, Igrejas e Estado, determinadas obrigações. Esse cuidado pertence ao conjunto de obrigações de toda pessoa culta. Aquele que enxerga os monumentos do passado como simples trastes velhos, que, segundo suas condições específicas, devem ser logo destruídos ou reutilizados em obras mais “vantajosas”- covas para cal, construção de novos edifícios, fornos ou sucata-, seja qual for a camada social a que pertença, é um homem rude, sem cultura e educação, que deve ser julgado e tratado como alguém que tivesse ferido os mais elementares princípios que um homem civilizado deve manter diante do patrimônio ideal comum (DEVORAK, 2008, p. 101).

Os monumentos antigos constituem o patrimônio do desenvolvimento do conhecimento passado, diversas informações são extraídas de todo esse acervo arqueológico, mesmo assim as ameaças constantes nos levam a rebuscar na memória a história da cultura de povos já não existentes juntamente com o aprendizado e o legado que nos deixaram. Apesar de toda essa riqueza repassada sem pedir nada em troca a não ser a preservação, mesmo assim existem pessoas leigas a ponto de pensar e falar que esses monumentos são casas velhas e feias, que não trazem benefícios nenhum para a cidade, muito pelo contrário destroem a beleza da mesma e que poderiam muito bem ser demolidos para a construção de um prédio bonito e importante, que gerasse emprego e renda para a população, ao invés de estarem ocupando somente espaço. Quando na verdade o que não sabem é a fonte de riquezas históricas que essas edificações possuem, uma vez que desconhecem essas informações são seres sem cultura e educação incapazes de transmitir a história do passado a qual fazemos parte no presente.

A preservação de monumentos é uma das obrigações das comunidades e das nações. Não há comunidade ou nação que não se orgulhe das obras de arte de sua pátria, reunidas nos museus e que são apresentadas aos convidados com elevada consciência de seu valor. Por isso, indignariam-se com razão se alguém quisesse roubar ou destruir esses tesouros artísticos. Os museus, porém, ainda que reúnam peças de inestimável valor, são apenas refúgios emergenciais para obras de arte dispersas, enquanto o maior legado artístico do passado local ou nacional se concentra nos monumentos enraizados na região e radicados no

território da pátria. Essa verdade já é plenamente reconhecida por grande número de pessoas, sobretudo quando se trata de arte estrangeira. Muitas pessoas viajam para longe, a fim de conhecer antigas obras de arte no cenário em que se verificaram as condições para sua realização. No entanto, essas mesmas pessoas assistem passivamente, ajudando muitas vezes, à destruição de monumentos em sua pátria, como se estes últimos fossem menos valiosos do que os que se encontram na Itália ou nos Países Baixos. Tais indivíduos pecam não apenas contra os bens culturais comuns, mas principalmente contra sua própria nação, privando-a de algo mais valioso do que se vendessem ou destruíssem as peças que se encontram reunidas nos museus. Isso vale, em especial, para as administrações locais e para todos os órgãos que zelam pela nação. Trata-se de farisaísmo falar de amor pela pátria e, ao mesmo tempo, destruir ou dissipar aquilo que, além da natureza, confere à pátria seu caráter mais manifesto: as obras em que viveram seus antepassados, os rastros do espírito artístico que fizeram frutificar e que sobrevivem em suas imagens e monumentos. Com exceção de uma brutal modificação linguística, nada poderia prejudicar mais a herança espiritual de um povo do que a destruição violenta de seu patrimônio monumental. Por isso, a proteção de monumentos é, ao mesmo tempo, proteção da pátria – de fato, a transposição do amor pela pátria – e precisa ser fortemente estimulada por toda parte: executada pelas corporações e institutos e despertada em todo aquele para quem o sentido de comunidade, pátria e honra nacional não sejam palavras vazias (DEVORAK, 2008, p. 102).

A preservação de antigos monumentos é igualmente uma das obrigações do serviço público estatal assim como também da sociedade em geral, o Estado protege e a sociedade conscientiza a população sobre a importância de sua significância no meio histórico cultural. Essa obrigação não se deve apenas por se tratar de valores culturais comuns, cuja proteção incondicional está relacionada aos deveres do Estado, mas porque o antigo patrimônio monumental deve ser incluso juntamente com os bens mais preciosos de qualquer nação, no sentido material ou ideal. Os órgãos públicos estatais que, sem razões justificáveis, destroem ou deixam parecer antigas construções ou outros monumentos, dessa forma estão descumprindo com suas obrigações, ficando a mercê da destruição dos fatores cronológicos e principalmente da ação humana. Não se podem considerar razões fiscais como justificativas válidas para a destruição de monumentos e bens do passado, pois estamos tratando dos mais altos interesses do Estado, que não podem ser medidos apenas segundo regras da economia de exercício. Nada justifica a destruição do patrimônio público, além de possuírem um valor inestimável e contribuírem para a construção da história do passado, foram erguidos e arquitetados por seres que já não existem e jamais poderão ser substituídos por outro

qualquer. Pois esse assunto é tão importante que os órgãos estatais que agem contrariamente ou deixam de cuidar das questões do patrimônio devem ser considerados criminosos e perigosos aos interesses comuns.

CAPÍTULO 3 – A IGREJA E A CIDADE

3.1. Histórico da cidade de Manacapuru

De acordo com SOFFIM (1978). A partir de uma aldeia de índios Mura localizada na margem esquerda do Rio Solimões, é que surgiu o vilarejo simples e humilde que daria origem à cidade de Manacapuru.

João Pereira Caldas, Governador da Capitania do Rio Negro, sugeriu que esse grupo (Muras) se juntasse aos de Anamã, ou outro lugar designado pelo administrador. O grupo escolheu a margem do lago Manacapuru, onde se estabeleceram em 15 de fevereiro de 1786, edificando a povoação que recebeu o nome do lago.

Em 12 de agosto de 1865 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru, com sede na povoação de Manacapuru.

Esta referida cidade foi elevada à categoria de vila em 27 de setembro de 1894 com a denominação de Manacapuru, pela Lei Estadual nº 83 e foi desmembrada da cidade de Manaus. Em 16 de julho de 1931, com o Ato Estadual n.º 1639, Manacapuru foi elevada à categoria de cidade, mantendo a mesma denominação, na gestão do governo de Eduardo Ribeiro.

Manacapuru é uma palavra de origem indígena, derivada das expressões Manacá e Puru. Manacá significa em tupi, Flor. Puru, da mesma origem, quer dizer enfeitado, matizado. Em função disso, Manacapuru na língua indígena tupi quer dizer “Flor Matizada” (SOFFIM, 1978).

Manacapuru está situada na Mesorregião nº 03, Microrregião nº 07 e código municipal 0250, classificação IBGE e na 7ª sub-região do Rio Negro.

A sede do Município de Manacapuru está localizada na margem esquerda do Rio Solimões e fica distante de Manaus 84 km via terrestre, 102 km via fluvial e via aérea 79 km.

Por via terrestre com a construção da ponte que liga os municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão houveram diversas facilidades em relação ao acesso a cidade, o que antes era necessário fazer a travessia de balsa do porto de São Raimundo em Manaus, para o porto de Cacau Pirêra, em Iranduba e seguir pela Rodovia Manoel Urbano (AM-070), proporcionando um melhor desenvolvimento para o município, tanto na geração de emprego e renda quanto no turismo ecológico da nossa cidade.

O município possui uma superfície de 7.062 km² e limita-se com os municípios:

Norte: Novo Airão,

Nordeste: Iranduba

Leste: Iranduba e Manaquiri

Sul: Beruri

Sudeste: Anamã

Oeste: Caapiranga e Anamã

Noroeste: Caapiranga (SOFFIM, 1980).

A população nativa de Manacapuru trás consigo muitos traços da beleza, da determinação coragem, trabalho garra, força, raça e da bravura dos índios Mura. Etínia indígena de língua tupi que teve papel de fundamental importância na fundação do povoado que deu origem à cidade de Manacapuru. Contribuíram muito na formação da cidade, além de deixar os seus traços culturais como herança os quais serão passados de geração em geração de forma que esse aprendizado não possa perder-se ao longo dos tempos.

Daí em diante começaram a surgir os pontos comerciais, escolas, serrarias postos médicos, o único hospital regional, farmácias, dentre outros. A cidade de Manacapuru nessa época era habitada pelos índios Mura e recebia a visita dos viajantes, comerciantes de outros lugares, além dos seringueiros que vinham vender, trocar e comprar materiais e utensílios no único comércio que existia na época, era completo em estivas em geral, o qual funcionava na casa restauração construída no ano dia 01 de janeiro de 1898 pelos irmãos Venturas, situada na Avenida. Eduardo Ribeiro, esquina com a Avenida Barão do Rio Branco, o nome do prédio é uma homenagem ao movimento conspirativo deflagrado em 30 de novembro de 1640. Sua arquitetura é de origem portuguesa, foi o mais importante comércio do município (RUIS, 1979).

De acordo com CARIM (1996), este faz um levantamento dos principais prédios históricos da cidade de Manacapuru, os quais fazem parte da construção e ampliação do município.

Maçonaria construída pelo senita Benedito Caggy com a ajuda de comerciantes da época, árabes, judeus e lusitanos, todos maçons. Inaugurada em 22 de abril de 1889, está localizada na Avenida Barão do Rio Branco, esquina com a travessa Couto Valle.

Sua arquitetura é muito curiosa, pois na visão dos maçons Deus é o arquiteto do universo, na criação de todas as coisas, por isso os símbolos do prédio são: um compasso e uma régua. Foram esses ideais que influenciaram sua arquitetura, quadrados, triângulos e círculos. É considerado o prédio mais antigo da cidade.

Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré sob influência da família Ventura. Teve início de sua construção em 1904 e conclusão efetivada em setembro de 1907. Sua arquitetura é oriunda de Portugal.

Antes e remontando aos tempos do aldeamento, os primeiros ditos civilizados, juntamente com alguns muras, construíram uma capela onde hoje está posicionada a Praça 16 de Julho, centro das atividades religiosas da época, posteriormente substituída por outra construída em barro e coberta com telhas.

Nesta época o primeiro prédio destinado a funcionar como escola propriamente dita foi a Escola Estadual Carlos Pinho, construída no ano de 1914 quando Adolfo Cavalcante administrava o município.

O nome Carlos Pinho é uma homenagem a um professor do então Ginásio D. Pedro II, na capital do estado, conhecido por seu brilhante e eficaz desempenho no magistério da matemática. A escola está localizada na Avenida Ribeiro Júnior s/n, no centro da cidade de Manacapuru.

Praça 16 de Julho, construída no ano de 1930, localiza-se bem na frente da cidade e é a mais antiga. Possui esse nome por ser a data do aniversário da cidade, é nesta praça que se encontram os mais importantes monumentos e onde ocorriam os maiores eventos da cidade.

Câmara Municipal de Manacapuru o prédio que ora representa o poder legislativo, é que de antiga residência transformou-se sucessivamente em sede do executivo municipal, coletoria estadual e fórum de justiça na década de 1930. A partir de 1976, instalou-se em definitivo no mencionado imóvel a Câmara Municipal de Manacapuru, localizada na Avenida Eduardo Ribeiro, 1.161, centro da cidade.

Fórum de Justiça Dr, Giovani Figlioulo, localizado na Avenida Eduardo Ribeiro, 1.321 no centro da cidade. Antes de ser fórum de justiça esse harmonioso conjunto de linhas arquitetônicas foi a primeira cadeia da cidade, construída pelo engenheiro e prefeito Francisco do Couto Valle em 1930. Por um período de tempo o prédio funcionou como hotel e retornou a ser cadeia novamente. No período de 1991 a 1993 o mesmo passou a ser a sede da Secretaria Municipal de Saúde.

Somente a partir de 1994, esta construção passou a gozar do “*status*” de Fórum de Justiça da Comarca, tendo antes o poder judiciário se instalado, sucessivamente, nos atuais prédio da Câmara Municipal e Sede da Unidade Educacional de Manacapuru.

Sua arquitetura é de origem portuguesa, o mesmo possui um andar subterrâneo.

Prédio da Prefeitura Municipal de Manacapuru, construído em 1934, na administração do prefeito Francisco do Couto Valle, e conclusão em 1938, já na administração de Virgílio Barroso Alexandre, localizado na Praça 16 de Julho, 1.001 no centro da cidade. A área que foi construída fazia parte de um cemitério indígena. Parte do recurso empregado na construção do prédio foi oriundo da indenização que o município

recebeu por sua participação na história da questão do Acre, no qual levou a expulsão dos bolivianos de seu território.

Sua arquitetura em análise não oferece grandes realces, pois limita-se a seguir linhas convencionais dos prédios da época, que dispensavam a utilização de estrutura de ferro, servindo-se de blocos de pedra e argamassa para imprimir a durabilidade que até hoje é impressionante. Trata-se de uma edificação projetada do próprio Francisco do Couto, que era de origem nordestina e engenheiro de profissão que costumava projetar e supervisionar as obras públicas de sua administração.

Colégio Nossa Senhora de Nazaré sua construção deu início no ano de 1946 e conclusão em 1951 por iniciativa da missão dos padres redentoristas.

Seu desenho arquitetônico traz na mente a lembrança dos antigos mosteiros europeus, nasceu da mente criativa do padre e engenheiro Clemente Weirichi, missionário de origem estadunidense.

Foi construído com verbas derivadas de organizações religiosas norte-americanas, do governo brasileiro e da comunidade local que contribuiu com a mão de obra.

No dia 07 de março de 1951, começou a funcionar a escola que educaria as crianças, jovens e adultos, a qual continua funcionando até os dias atuais e é considerada a maior escola do município.

Igreja Evangélica Assembleia de Deus, inaugurada em 1961 e marca o início da presença dos cristãos reformados na vida da comuna, sendo aquele o primeiro templo protestante. Pode-se dizer que trata-se de um monumento histórico, um verdadeiro testemunho da hostilidade e rivalidade com que a população de tradicional formação católica, recebeu os primeiros cristãos de confissão evangélica.

Cine Riviera era uma edificação residencial, o imóvel foi adquirido por Francisca Bastos Assaf e reformado especialmente para servir de sala de projeção cinematográfica. Assim o Cine Riviera foi inaugurado em 15 de maio de 1968, com a exibição do filme “*It Came From Outer Space*” (do outro mundo), uma ficção dirigida por Jack Arnold e estrelado por Richard Carlson e Barbara Rush. O nome do cinema ao que parece, foi uma homenagem a pátria dos inventores do “cinematographe”, os irmãos Lumière.

A máquina de projeção de 35 mm, utilizada pelo Riviera, era o que existia de mais moderno no lugar e projetava em uma grande tela imagens dinâmicas, com uma plateia sempre perplexa. Em datas especiais (semana santa, semana da pátria, natal, etc.), promoviam-se matinês para o público infanto-juvenil, com exibições de filmes pertinentes as comemorações.

Por volta dos anos 80, o Cine Riviera, o primeiro cinema estruturado da cidade foi desativado em face da inadequação de seus equipamentos, visto que, com o avanço tecnológico, os filmes passaram a ser reproduzidos em milimetragens mais modernas. Um golpe decisivo foi também o impacto exercido pela chegada dos sinais televisivos sobre os espectadores, que passaram a preferir a programação variada e atualizada da “telinha” aos filmes legendados do Riviera.

Hoje, o prédio em madeira, que antes possuía um auditório e uma cabine para as máquinas de projeção, foi lamentavelmente desativado para nele funcionar Bar Riviera.

Casa da Cultura localizada na Rua Boulevard Pedro Rates de Oliveira, foi inaugurada em 13 de dezembro de 1971, no governo de Danilo Matos Areosa e na administração do prefeito Jamil Seffair.

Este prédio é o mais significativo do ponto de vista da arquitetura da nossa cidade, o projeto de nítida inspiração nas casas de cultura francesas, é fruto do trabalho do arquiteto Severiano Mário Porto, reconhecido mundialmente pela genialidade de seu traço.

O desenho arquitetônico traz a marca distintiva da arquitetura “amazonotropical”, emergida na década de 1960, cuja base filosófica se funda nas ideias do amazonólogo Leandro Tocantins, segundo as quais os princípios ecológicos devem nortear os novos prédios da região.

Essa arquitetura moderna passou a valorizar o material regional de construção, empregando em larga escala e harmoniosamente as madeiras de lei em detrimento de ferro, lajes, grades rebuscados, tornando os prédios públicos mais humanos e mais integrados à paisagem.

Na casa da cultura está instalada a Biblioteca Pública Municipal e a Secretaria Municipal de Educação. A estrutura está dividida em dois prédios (CARIM, 1996, P. 23-86).

Conhecida como Princesinha do Solimões, a cidade de Manacapuru tem 85 anos de fundação está situada em uma das mais belas regiões do Amazonas, é uma cidade pequena mais sua humilde riqueza proporciona aos que nela chegam o conforto e a comodidade de bem estar, assim como suas lindas paisagens oferecem a todos uma exploração de aventuras.

A cidade veio se modernizando rapidamente nos últimos anos para tornar-se um polo turístico de grande importância, não só para aqueles que aqui residem, assim como também para as pessoas que visitam o nosso município, seja para conhecer, passear, comprar ou vender mais que de alguma forma saem satisfeitos com o pouco que a cidade oferece.

3.2. Construção da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré

De acordo com CARIM e NOGUEIRA (1996). No início do século XIX existia uma casa construída pelos Muras situada onde atualmente está localizada a Praça 16 de Julho, que por muitos anos servia como local de encontro de reuniões e atos religiosos, sua estrutura não oferecia nenhuma condição digna para a continuação de suas atividades e principalmente para servir como sede de uma paróquia.

Esta casa foi modificada por volta de 1895, pelo português Alberto Ventura, seus irmãos, e muitos outros, com um maior espaço e melhor comodidade recebeu o nome de Casa Religiosa, toda em barro e coberta de telha. Esta Casa Religiosa possuía uma grande área de frente rodeada de bancos de madeira toda enfeitada por bandeirolas, sobradas dos inúmeros festejos (CARIM e NOGUEIRA, 1996, p. 41).

Depois disso passou a ser frequentada por líderes locais e pelos portugueses os quais desenvolveram a maioria dos movimentos da época dentre eles os festejos religiosos, como as novenas, os arraiais de Nossa Senhora de Nazaré e São Sebastião.

Segundo Braga (1978, p. 21). Em 20 de julho de 1865 com a intervenção do padre Salgado, então Deputado Provincial que apresentou um requerimento chamando à discussão o Projeto de lei nº 4 de 05/10/1864 , do Deputado Vicente Alves da Silva, o qual deu origem à lei nº . 148 de 12/08/1865. A mesma foi aprovada assegurando a ideia de que em Manacapuru pudesse ser construído uma paróquia na cidade.

Desse modo com a aprovação da primeira lei de elevação à freguesia Nossa Senhora de Nazaré desde 1865, observa-se que a construção da paróquia era o maior objetivo tanto dos fiéis quanto das autoridades da época. Mas para que esse objetivo fosse alcançado levando a sua construção sendo que a mesma já estava autorizada, era necessário que a população interessada assumisse a obra com custeios próprios.

O sonho da construção de um grande templo religioso no município era de certa forma uma tarefa de difícil execução, pois para ter-se uma paróquia era necessária uma estrutura a altura do título, portanto, o município ainda não disponibilizava de recursos para que fossem empregados na obra, e as pessoas existentes na época eram pessoas humildes e simples.

O Governo da Província em uma demonstração de compromisso cristão e de reconhecimento da relevante realização determinou um auxílio de RS 5.000,00 (réis), a partir do exercício de 1881 com a devida autorização legislativa (SILVA, 2013, p. 100).

Com o apoio da população local, sob a influente liderança dos irmãos Ventura (Alberto, Zacarias e Fausto), procuraram um bom local para que fosse iniciada a construção de um templo maior. O local escolhido foi o terreno de propriedade da senhora Francisca

Soriano, figura a quem cabiam inúmeros patrimônios territoriais na cidade de Manacapuru. Como pode-se observar, realmente era um local privilegiado para que pudesse ser implantado uma obra de alto escalão e que há muito tempo vinham tentando realizar, o lugar era de fato, merecedor de um templo sagrado. Najjar (2011: 72) afirma que os assentamentos jesuíticos do litoral eram implantados em locais estrategicamente escolhidos, sempre que possível sobre elevações que lhes permitissem uma boa observação defensiva e, paralelamente, lhes atribuísse posição de destaque e poder.

Desta forma, o prédio da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré foi erguido no centro de Manacapuru, localizada na Rua Boulevard Pedro Rates de Oliveira antiga Rodovia Manoel Urbano, teve sua construção iniciada em 1904 e conclusão efetivada em setembro de 1907.

A Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré, localizada na Rua Boulevard Pedro Rates de Oliveira antiga Rodovia Manoel Urbano, no centro de Manacapuru, teve sua construção iniciada em 1904 e conclusão efetivada em setembro de 1907.

As verbas que foram empregadas na obra definitiva foram oriundas da colaboração de comerciantes bem sucedidos da época e de eventos obtidos com a realização de arraiais (festejos religiosos) os seringueiros eram os maiores farristas deixando assim boa contribuição financeira. Esses eventos eram realizados com o apoio da população, incluindo toda a classe social (CARIM e NOGUEIRA, 1996, P. 41).

Apesar da simplicidade e das dificuldades da época, as pessoas não mediam esforços para expressar sua religiosidade, assim como sua inegável contribuição.

Os materiais destinados à construção e a arquitetura foram adquiridos no velho mundo e, em parte no próprio município e na capital do Estado do Amazonas, Objetos Sacros vieram em sua maioria da Europa, os produtos usados na edificação da igreja são muito resistentes e de boa qualidade, asseguram a estrutura original (CARIM e NOGUEIRA 1996).

A característica de sua arquitetura apresenta traços significativos, únicos e preciso representando determinadas simbologias de origem portuguesa, a qual demonstrava para a população uma edificação com cores leves e suaves passando de alguma forma um pouco da cultura portuguesa, podendo diferenciar-se de todos os prédios existentes no município, possuindo as linhas imaginárias e tracejadas semelhantes a dos edifícios de Portugal o qual lembrava a arte barroco.

Segundo Beaudry, Cook & Mrozowski (2007), essas características estão relacionadas à funcionalidade da edificação, mas também imprime na paisagem o discurso

dos seus idealizadores. Outras significações e usos podem ser dados ao conjunto arquitetônico, considerando mediações de significados diferentes e, por vezes, simultâneos.

A partir daí, o município de Manacapuru ganhava uma nova época religiosa, desta feita um templo religioso nas cores branco e cinza, medindo aproximadamente 180m a tão almejada e planejada igreja matriz Nossa Senhora de Nazaré.

Após a conclusão da tão sonhada igreja, as imagens de São Sebastião e de Nossa Senhora de Nazaré construídas de madeira cedro e gesso foram importadas de Portugal em 1908 pelos irmãos Ventura e o comerciante José Luís de Farias. A imagem de Nossa Senhora mede 1,5m de altura, por 1,m de espessura em sua base. Segura em seus braços a imagem do menino Jesus de 0,52cm de altura, que posteriormente foram reverenciadas pelo povo nos festejos religiosos. Através do tempo as imagens permanecem em tamanho natural como amostra viva da encantada arte sacra e do traço primoroso dos europeus.

Até 1942, os ofícios religiosos eram executados somente nos períodos festivos, o que acontecia muito espaçadamente, era quando os sacerdotes deslocavam-se da capital para Manacapuru (CARIM e NOGUEIRA, 1996, p. 41).



Igreja Matriz - 1907

Na década de 60 a igreja matriz já não suportava mais tantos fiéis, em 1968 iniciam-se as reformas e ampliação do prédio que só terminariam em 1980. Seu estilo, bem trabalhado e feito com bastantes detalhes na arquitetura, que lembrava um pouco o barroco, se perdeu na ampliação, os detalhes da estrutura foram perdidos, em favor de acomodar mais pessoas. A igreja ficou como se fosse uma grande caixa retangular (SILVA, 2013, p. 103).

Desta forma, com a preocupação de melhores acomodações e disponibilidade de melhor conforto para os fiéis, seus traços arquitetônicos ficaram dispersos, dando lugar para cópias e modelos recentes, os quais são percebidos com facilidade em um prédio histórico de

característica portuguesa, são construções antigas que por mais perfeitas que sejam as restaurações e ampliações são insubstituíveis.

Durante a reforma e ampliação as orações foram feitas na parte da igreja que ainda permanecia de pé, enquanto a construção ocorria ao redor. A ampliação da igreja matriz deu os primeiros passos com a criação de comissão pelo pároco Pe. Carlos, D'Ângelo, Ezanor Athayde, Zoraida Alexandre, Gessy, Eli, Mendonça e outros (SILVA, 2013, p. 103).

Havia reunião da comunidade em todos os finais de missa, os padres pediam opinião das pessoas e foi aprovado por todos, haja vista que a igreja não comportava mais a tantos fiéis. Na época surgiu uma ideia de que se fizesse outra igreja em outro lugar e deixasse essa, “essa é a nossa matriz, aqui do centro onde congrega todas as nossas comunidades e tem uma área grande ao lado do colégio Nossa Senhora de Nazaré”. Todo mundo aceitou quando foi exposta a planta no mural para que fosse discutido.

Houve outra proposta para a ampliação da igreja, cuja planta que custou aproximadamente 20 ou 21 mil cruzeiros, sugeria a demolição completa do prédio, ampliação para os lados, porém o povo não aceitou. O projeto de ampliação vencedor resultou na quebra do arco principal (onde ficava o ano) da Matriz que dava acesso ao altar e ampliar para trás onde ficava a antiga sacristia, permanecendo da antiga estrutura do mosaico para frente. Nesta reforma e ampliação após os primeiros passos do levantamento do teto, colocação dos bancos as missas começaram a ocorrer na igreja ainda em fase de construção; construção de duas salas (Escritório Paroquial e Pastoral Rural), as salas da Legião de Maria, a sala de vestuário dos sacerdotes e mais tarde a conclusão do Salão Paroquial (SILVA, 2013, p. 103).

O altar (presbitério) foi copiado do que era antes, construíram dois degraus, para que o padre pudesse ver todas as pessoas que ali se encontravam. A construção do mesmo demorou um pouco, ficando parados por uns dois anos, até a comunidade e a paróquia conseguirem novos recursos para que a obra fosse finalizada. Muitos contribuíram para essa construção, os Vicentinos (grupo de senhores), Apostolado de Oração, Raimundo Ariá, Ezanor Athayde, Pedro Fósforo dentre outros. A mão de obra maior foi da comunidade, haviam operários pagos para trabalhar, mas por vezes faziam como doação à comunidade. O mestre de obras era o senhor Raimundo Guimarães (Torneado). O processo de construção ia correndo de acordo com as verbas. Em 1973, a obra de ampliação da igreja parou por falta de materiais (SILVA, 2013, p. 104).

No dia 22.02.1974, o Conselho Paroquial reuniu-se extraordinariamente em uma sala atrás da igreja matriz, para formar uma Comissão de compra de material e promoções, para discutir a maneira como seria o contrato de trabalho do encarregado da obra, se seria por

empreitada ou diárias. Dentre as partes da igreja que precisava ser concluídas estavam a construção dos pilares e anéis de segurança da igreja, o que seria de extrema necessidade sua conclusão.

Em agosto de 1974, a obra de construção da matriz já estava em andamento. Um dos contribuintes para esta obra foi o senhor Joaquim Ferreira da Costa, que doou 400 tijolos. Vieram donativos de Anamã, permitidos pelo Pe. Daniel Nugent. Em outubro de 1974, a parte estreita da igreja, incluindo o altar-mor e a sacristia foi destruída. O arraial de Nossa Senhora, em 1974 foi realizado na frente da residência dos padres, na Av. Cristo Rei. Em 19.12.1974 foi relatado no Conselho Paroquial a colocação das vigas, e depois de algumas semanas a parte do arco incluindo o altar-mor seriam quebrados.

Em 20.03.1975, foi lançado a “Campanha dos Envelopes” visando arrecadar recursos para a ampliação da igreja (livro de Ata do Conselho Paroquial). Após a saída do Pároco Pe. Carlos em 1975, o qual deixou pronto o grande salão, Pe. Miguel assume a paróquia finalizando a obra, cabia-lhe a construção do telhado, forro, pintura, aquisição de banco e as duas salas próximas à entrada (SILVA, 2013, p. 105).

Da antiga igreja matriz o que ainda permanecia intacta seriam a torre e alguns traços da parte da entrada principal, quatro sinos, dois destes datados de 1908, as imagens do Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora de Nazaré e São Sebastião, o sacrário, a mesa eucarística, a pia batismal, a luminária do sacrário e o pedestal do crucifixo.

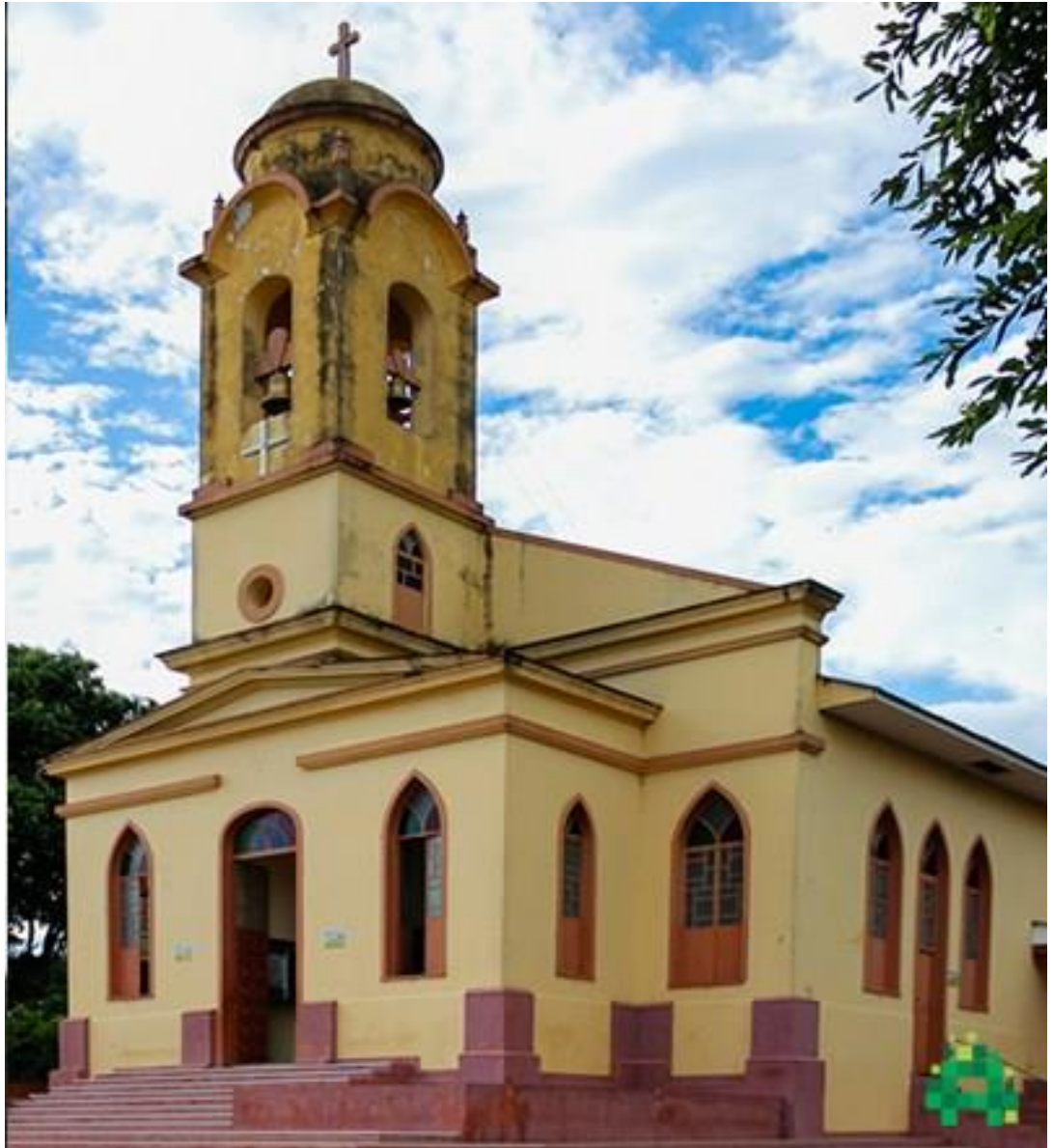
Passaram-se os anos só então no ano de 2007 a igreja matriz passou por mais uma importante e significativa reforma, para proporcionar um ambiente mais aconchegante aos fiéis, deu-se no período de 15.05 à 17.10.2007.

Em seis meses de reforma, a igreja foi entregue à comunidade católica de Manacapuru com parte elétrica, pintura interna e externa, forro e telhado, troca de piso, janelas e portas reforma do altar-mor e oratórios, rampa dentre outras mudanças. Consultas populares ainda foram realizadas para troca do piso da igreja matriz, dos 804 votos, 651 optaram pela troca total do piso da igreja. Os artistas plásticos Manoel Nerys e Francisco D’Almeida trabalharam nas pinturas, e Arnaldo D’Almeida Filho na restauração do altar canoa (SILVA, 2013, p. 106).

A luta e o apoio da Comunidade Católica, com doações financeiras e materiais, atendendo ao chamado do Pároco Pe. Zenildo Luiz e da necessidade da igreja. A matriz foi entregue à comunidade dia 18.10.2007, o bispo da Prelazia de Coari, D. Joércio, deu a benção de reinauguração da igreja matriz. Celebrando o jubileu, construiu-se o Memorial Raimundo

Moreira, em 15.12.2008, que recebeu parte do piso retirado da matriz, acervo de relíquias usadas na evangelização, bem como aquisição da imagem do Cristo Ressuscitado.

Em 2007 a igreja celebrou 100 anos de edificação do primeiro templo (hoje apenas a fachada) e, ainda a oficialização da Paróquia Nossa Senhora de Nazaré. Sob a coordenação geral do PE. Zenildo, em 09.08.2006 deu-se a preparação do centenário (SILVA, 2013, p. 107).



Igreja Matriz - 2010

Em 13/09/2009, deu início o desmembramento da paróquia para instalação de nova paróquia em Manacapuru, sob a direção de Dom Gutemberg Freire Régis, Bispo Emérito e Administrador Apostólico da Prelazia de Coari, sendo: Paróquia N. Sra. de Nazaré responsabilidade dos Missionários Redentoristas, e Ir. Adoradoras do Sangue de Cristo, com

11 comunidades urbanas: N. Sra. de Nazaré, N. Sra. do Perpétuo Socorro, N.Sra. Imaculada Conceição, Santa Luzia, São Francisco, São Cristóvão, São João Batista e São Pedro, Santo Afonso, São Sebastião, São Raimundo Nonato, Rosa Mística, Sagrada Família e 107 rurais(atualmente 115). Paróquia Cristo Libertador, na responsabilidade dos padres Diocesanos com 9 comunidades urbanas, oficializadas em 22/05/2010 (SILVA, 2013, p. 117).

A sede da paróquia no centro de Manacapuru possui as seguintes edificações: Ao **centro**, igreja matriz; Salão Paroquial. Pela **frente**, (25.00m): Residência do Bispo; Praça da bandeira. Pelos **fundos** (70.00m): Quadra São Sebastião; Movimento de Educação e Base-MEB; Pastoral da Criança; Pela **esquerda** (60.00m): Colégio Nossa Senhora de Nazaré; cozinha, depósito e oficina; Sala da Pastoral Familiar, Centro Catequético Bom Pastor, AA e Memorial Raimundo Moreira; Escritório Paroquial; Pastoral Rural. **Direita** (44.00): Residência dos Missionários Redentoristas. A igreja matriz mede da parte interna até o presbitério 48.00m de comprimento por 13.00m de largura; na área externa 50.00m de comprimento por 13.00m de largura (SILVA, 2013, p. 116).

Uma importantíssima observação no interior dessa tradicional casa de oração, nos dias de hoje, conduzirá o mais desatento dos visitantes e religiosos ao entendimento de que ali reside, em estilo ecológico-religioso, um monumento singular a amparar os manacapuruenses de fé católica. É que salta aos olhos, na nave principal da matriz, o prosaico altar em forma de canoa, sustentado por remos, como que numa derradeira alusão de que, a vida do homem da floresta, representada por seus instrumentos de uso cotidiano, está permanentemente integrada ao sagrado.

Fazendo um comparativo da arquitetura antiga com as transformações ocorrida, o que continua do antigo prédio são a torre, alguns traços parte da entrada principal e sua fachada, pode-se perceber que a arquitetura antiga trazia consigo a beleza das cores e traços dos edifícios de Portugal, uma vez que fora construído há cem anos, sem comentar que os materiais usados na construção eram de ótima qualidade o que pode ser identificado até os dias atuais. Já a recente trás consigo cores em tonalidades fortes e cópias dos traçados arquitetônicos os quais são impossíveis à sua substituição.

A diferenciação da arquitetura antiga para a arquitetura atual, é que mesmo sendo construída há tanto tempo essas características estão presentes na sociedade atual. Pois transmite não só a beleza, assim como parte da sua cultura a qual representa um conjunto de ideias e informações de povos que contribuíram para a formação da sociedade moderna, nos simples objetos os quais tem muito significados.

Sendo assim a arquitetura atual pode ser feita, refeita e copiada quantas vezes for necessário, pois é oriunda dos povos do município, que claro com todo o seu talento expressam também sua cultura através de traços valorosos, diferentemente daquela que não pode mais ser refeita, pois os arquitetos já não mais existem.

Visando o resgate histórico cultural ainda presente em determinados aspectos relevantes, valorizando a cultura vigente dos nossos antepassados manifestado através das edificações humanas, como prédios, casas, pontos comerciais, igreja, escolas e monumentos históricos, os quais servem de fontes de preciosas informações que nos reservam em sua identificação uma estrutura não conservada pela evolução de um povo que desconhece a significância de suas tradições culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, detectou-se inúmeros fatores causadores das grandes perdas da simbologia de diversas culturas de diferentes povos entre as quais destacam-se a necessidade da ampliação do prédio objetivando proporcionar maior espaço para confortar uma grande demanda populacional dos fiéis, frequentadores religiosos e membros pertencentes a esse importante monumento histórico. Ao conhecer a historicidade e descoberta deste patrimônio, é que nos levou a reflexão da importância da preservação desse patrimônio existente e pouco reconhecido no nosso município. O qual disponibiliza de grande fonte de conhecimento específico, englobando seus acervos, documentos, edificações, dentre outros. As edificações possuem o seu valor próprio e devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade dos povos do passado.

Por essa razão faz-se necessário a preservação dessa grande riqueza do nosso povo. Pois se sabe-se que se dispõe de fontes de pesquisas de grande relevância que se não preservada pode ser levada ao desperdício e anonimato.

Ao longo de sua trajetória percebe-se que a arquitetura da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré mantém-se com muita evidência presente nos dias atuais, muito embora tenham ocorrido algumas modificações. Fontes históricas nos levam a uma reflexão importantíssima da preservação da arquitetura desse prédio histórico deixado por nossos antepassados existentes na construção da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré. Através do mesmo pode-se chegar a um determinado fator de que os povos que existiram antes de nós tiveram uma contribuição de suma importância tanto no planejamento quanto na construção da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré, documentos esses que vão além de breves relatos contados através de entrevistas e materiais escritos pelos povos antigos, padres, etc. São essas pessoas que de certa forma direta ou indiretamente ajudaram tanto no alicerce quanto na fé cristã.

Pode-se entender que as edificações humanas, como casas e monumentos históricos, são fontes de preciosas informações e nos reservam entre suas estruturas, muitas das vezes nem sempre conservadas, segredos da identidade de um povo, da evolução e sedimentação de sua cultura, a qual continua como memória viva até os dias atuais.

Por esse prisma, não é difícil inferir que as fachadas antigas, remanescentes de alguns prédios de nossa cidade, guardam a verdadeira essência manacapuruense, ou seja, a alma da própria terra, que poderá ser igualmente encontrada dentro de cada nativo,

caracterizando a sua cultura e preservando a memória daqueles que contribuíram para a formação de uma sociedade existente no presente.

Sem dúvidas, a simples contemplação dessa fachada nos arremessa de volta ao passado, sem qualquer restrição quanto aos princípios limitadores da física. Essa viagem nos reflete não como exercício de mera divagação, mas, sobretudo, como elemento consolidador da história dos homens dessa terra, implicando uma vivida compreensão dos fatos presentes e inegável orientação para os tempos futuros.

O resgate da memória histórica de um povo transcende, pois a revelação técnica da concepção arquitetônica de uma determinada época traz à tona aspectos das complexas relações econômicas, políticas, sociais e religiosas, permitindo detectar com clareza o reflexo da identidade cultural, fator de maior afirmação da sociedade organizada.

Portanto, os patrimônios culturais devem ser preservados e resguardados não só pelas ameaças dos fatores cronológicos e climáticos, mas também por parte daqueles que nasceram no descaso das autoridades e da própria população, que na maioria das vezes desconhecem o fator principal que é a importância da conservação desses bens preciosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. Clio, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE. Recife, 1992.
- ANDRADE, Maria Bernadete Mafra de. O que é Patrimônio, Cultura e Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial e Formação Cultural, 2004.
- BARRETO, Mauro Vianna. Abordando o Passado; uma introdução à Arqueologia. Belém: Paka-Tatu, 2010.
- BEAUDRY, M.C., L. J. Cook, e S. A. Mrozowski. Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica 1(2): 71-113, 2007.
- BRAGA, Márcia (org.). Conservação e Restauo: Arquitetura Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Rio , 2003.
- BRAGA, Robério. Livro Manacapuru, 1978(ano do XLVI aniversário da cidade).
- CARIM, Adalberto Antonio e NOGUEIRA, Raimundo Augusto. Entendendo Manacapuru através das suas fachadas, p.41, Manaus: Imprensa Oficial, 1996.
- CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. Lisboa: Edições 70, 2000.
- CUNHA, Claudia dos Reis e. Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN/ Claudia dos Reis e Cunha. - São Paulo, 2010.
- DVORAK, Max, Catecismo da Preservação de Monumentos, 2 ed, p. 94-99, São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- ECO, Umberto. A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica. São Paulo: Perspectiva/ EDUSP, 1971.
- FUNARI, Pedro Paulo. Teoria e Métodos na Arqueologia Contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica, v. 6, n. 13, dez 2004-jan 2005.
- GASPAR, Maria Dulce. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 13: 269-301, 2003.
- GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Projetos de Pesquisa Científica. São Paulo: Avercamp, 2003.
- GONÇALVES, J. R. A retórica da perda, os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/MINC-IPHAM, 2002.
- LEMOS, Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico? São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- LIMA, Tânia Andrade. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 33, 2007.
- MAÑANA BORRAZÁS, P., BLANCO ROTEÁ, R. e AYÁN VILA, X., “Arqueotectura I: Bases teórico-metodológicas para uma Arqueologia de La Arquitectura”, in TAPA Trabajos de Arqueologia e Patrimonio, 25, Santiago de Compostela: Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe, p. 11-80, 2002.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Patrimônio Cultural: Para Preservar. Publicação técnica editada pela 14ª Coordenação Regional do IPHAN/MINC, 1994.

- NAJJAR, Rosana. Pará além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v.6, n. 1, p. 71-91, jan-abr. 2011.
- RAMALHO, M. D. M., “Arqueologia da Arquitetura: o método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em patrimônio arquitetônico”, in Estudos/Patrimônio, 3, Lisboa: IPPAR, PP. 19, 2002.
- RUIS, Josué Ferreira. Manacapuru e sua história, 1979.
- SANTOS, Raquel. Rev. Arqueologia Pública. Arqueologia da Arquitetura: olhar paredes, ver vivências. Campinas, SP, v. 9, p. 60-72, jan-jun/2015.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. O Patrimônio Arqueológico Brasileiro. Revista de Arqueologia, v. 5- n. 1- 1988- Rio de Janeiro, Sociedade de Arqueologia Brasileira, ed. semestral.
- SEBASTIAN, Santiago. Mensaje simbólico Del Arte Medieval: arquitetura, liturgia e icografia. Madrid. Ediciones Encuentro, 1994.
- SILVA, Francisco Agnaldo B. da (org.). Prelazia de Coari, Jubileu de Ouro 1963-2013: 50 anos Evangelizando no Coração do Amazonas, p. 98-117, 2013.
- SOFFIM, Antonio José. Manacapuru – Origem e evolução, 1978.
- _____. Manacapuru: um pouco de sua realidade, 1980.
- TIRELLO, R. A Arqueologia da Arquitetura: um modo de entender e conservar edifícios históricos. Revista CPC, n.3, p. 145-165, nov. 2006.
- _____. Diagnósticos de edifícios históricos. a que servem? A investigação da matéria arquitetônica e seus aportes com o restauro e a Arqueologia da Arquitetura. In: I Congresso Internacional de História da Construção Luso Brasileira, 2013, Vitória, Espírito Santo, Brasil.[Anais do]. Rio de Janeiro: Ed. Rio de Janeiro: poD, 2013, 2013. v. 1. p. 1-15.
- _____. Um trabalho arqueológico: a descoberta dos murais artísticos e a estratificação arquitetônica de uma velha casa no Bexiga. In: COMISSÃO de Patrimônio Cultural da USP. A Casa de Dona Yayá. 2. Ed. São Paulo: Edusp; IMESP, p. 100-135, 2001.
- _____. Análise de cronologias construtivas: uma proposição de método de natureza arqueométrica. In: SIMPÓSIO DE TÉCNICAS AVANÇADAS EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS, 3., 2006, Olinda. Anais. Olinda: AERPA, 2006. CD-ROM. (cópia impressa, p. 10).
- _____. Registro do patrimônio arquitetônico com tecnologia multimídia: uma possibilidade de estudo crítico e restauro eletrônico de bens culturais. In: EREG 2006 – ENCONTRO REGIONAL DE EXPRESSÃO GRÁFICA, 5., 2006, Salvador. Anais. Salvador. EREG, 2006. CD-ROM (cópia impressa).
- ZARANKIN, A., e C. Niro 2010. A materialização do sadismo: Arqueologia da Arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da Ditadura Militar Argentina (1976-1983). Revista Internacional de Direitos e Cidadania 6:17-32.